

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Balanço patrimonial

30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	109.004	316.553
Contas a receber de clientes e outros	5	939.579	1.003.113
Títulos e valores mobiliários		326	106
Impostos e contribuições a recuperar	6	76.619	68.954
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	-	74.218
Serviços em curso		14.946	10.346
Outros ativos circulantes		41.362	38.556
<b>Total do circulante</b>		<b>1.181.836</b>	<b>1.511.846</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes e outros	5	75.960	76.437
Títulos e valores mobiliários		268	1.908
Impostos e contribuições a recuperar	6	39.877	30.541
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	-	32.649
Impostos e contribuições diferidos	8	269.403	262.873
Depósitos judiciais	9	75.150	65.253
Entidade de previdência privada		75	910
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	972.859	718.427
Outros ativos não circulantes		3.633	3.635
Intangível	10.2	2.460.156	2.240.672
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.897.381</b>	<b>3.433.305</b>
<b>Ativo total</b>		<b>5.079.217</b>	<b>4.945.151</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Balanço patrimonial

30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2016	31/12/2015
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	462.082	659.847
Empréstimos e financiamentos	12	617.133	338.571
Debêntures	13	68.180	150.122
Salários e encargos a pagar	14	41.288	43.706
Taxas regulamentares	15	42.962	73.642
Impostos e contribuições a recolher	16	170.968	185.361
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	167	1.360
Provisões	17	46.725	71.523
Entidade de previdência privada	25	17.418	16.281
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	24.050	-
Outros passivos circulantes	18	134.427	154.841
<b>Total do circulante</b>		<b>1.625.400</b>	<b>1.695.254</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	11	39.011	35.344
Empréstimos e financiamentos	12	1.108.779	1.190.013
Debêntures	13	306.147	71.959
Taxas regulamentares	15	27.594	26.306
Provisões	17	65.747	36.171
Entidade de previdência privada	25	190.987	192.310
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	88.213	-
Outros passivos não circulantes	18	23.379	12.801
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.849.857</b>	<b>1.564.904</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	19		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		427.346	427.346
Outros resultados abrangentes		60.100	60.678
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	48.715
Prejuízo acumulado		(31.740)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.603.960</b>	<b>1.684.993</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido total</b>		<b>5.079.217</b>	<b>4.945.151</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015 (Reclassificado)	01/01/2015 a 30/09/2015 (Reclassificado)
<b>Receita líquida</b>	20	<b>1.151.735</b>	<b>3.377.325</b>	<b>1.026.224</b>	<b>3.307.573</b>
<b>Custo do serviço</b>		(1.018.805)	(2.907.590)	(913.093)	(2.839.080)
Custos de energia elétrica	21.a	(700.760)	(1.886.344)	(664.389)	(2.122.901)
Custos de operação	21.b	(135.905)	(474.708)	(115.321)	(392.485)
Custos de construção		(182.140)	(546.538)	(133.383)	(323.694)
<b>Lucro bruto</b>		<b>132.930</b>	<b>469.735</b>	<b>113.131</b>	<b>468.493</b>
Despesa com vendas	21.b	(51.826)	(179.702)	(44.173)	(145.630)
Despesas gerais e administrativas	21.b	(56.034)	(166.057)	(65.154)	(175.546)
<b>Lucro operacional</b>		<b>25.070</b>	<b>123.976</b>	<b>3.804</b>	<b>147.317</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(67.855)</b>	<b>(161.934)</b>	<b>(38.719)</b>	<b>(122.767)</b>
Receitas financeiras	22	54.155	520.929	233.079	516.155
Despesas financeiras	22	(122.010)	(682.863)	(271.798)	(638.922)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(42.785)</b>	<b>(37.958)</b>	<b>(34.915)</b>	<b>24.550</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>11.458</b>	<b>6.218</b>	<b>2.421</b>	<b>(18.314)</b>
Corrente	8	-	(15)	10.394	(8.143)
Diferido	8	15.164	17.353	1.988	340
Imposto de renda - incentivo fiscal da SUDENE	8	-	-	(5.894)	1.691
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	8	(3.706)	(11.120)	(4.067)	(12.202)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>		<b>(31.327)</b>	<b>(31.740)</b>	<b>(32.494)</b>	<b>6.236</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação do capital:</b>					
Ordinária		(0,4194)	(0,4250)	(0,4351)	0,0835
Preferencial A		(0,4194)	(0,4250)	(0,4351)	0,0835
Preferencial B		(0,4614)	(0,4675)	(0,4786)	0,0918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
<b>Lucro líquido(prejuízo) do período</b>	<b>(31.327)</b>	<b>(31.740)</b>	<b>(32.494)</b>	<b>6.236</b>
Outros resultados abrangentes				
Perdas atuariais do plano de benefício definido	(292)	(875)	(262)	(787)
Tributos s/ ganhos (perdas)	99	297	89	268
<b>Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b>(193)</b>	<b>(578)</b>	<b>(173)</b>	<b>(519)</b>
<b>Total do resultado abrangente do período, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>(31.520)</b>	<b>(32.318)</b>	<b>(32.667)</b>	<b>5.717</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de Incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de Lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) Acumulados		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>590.174</b>	<b>30.077</b>	<b>454.999</b>	<b>73.004</b>	<b>294.436</b>	<b>118.035</b>	<b>14.214</b>	<b>661</b>	<b>60.678</b>	<b>-</b>	<b>48.715</b>	<b>1.684.993</b>
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.715)	(48.715)
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(875)	-	-	(875)
Tributos s/ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	297	-	-	297
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.740)	-	(31.740)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<b>590.174</b>	<b>30.077</b>	<b>454.999</b>	<b>73.004</b>	<b>294.436</b>	<b>118.035</b>	<b>14.214</b>	<b>661</b>	<b>60.100</b>	<b>(31.740)</b>	<b>-</b>	<b>1.603.960</b>

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de Incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de Lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) Acumulados		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>590.174</b>	<b>30.077</b>	<b>454.999</b>	<b>73.004</b>	<b>288.293</b>	<b>118.035</b>	<b>14.214</b>	<b>620</b>	<b>10.740</b>	<b>-</b>	<b>8.249</b>	<b>1.588.405</b>
Reversão de Dividendos Prescritos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	41	-	-	-	(8.208)
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.249)	-
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(787)	-	-	(787)
Tributos s/ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	268	-	-	268
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.236	-	6.236
Destinações:												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2015</b>	<b>590.174</b>	<b>30.077</b>	<b>454.999</b>	<b>73.004</b>	<b>288.293</b>	<b>118.035</b>	<b>14.214</b>	<b>661</b>	<b>10.221</b>	<b>(8.764)</b>	<b>-</b>	<b>1.570.914</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

## Demonstração do fluxo de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(37.958)	24.550
<b>Ajustes para conciliar o lucro/prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	(*) 135.409	148.107
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	145.967	(21.672)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	180.957	123.489
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(36.392)	(16.315)
Valor residual do ativo intangível baixado	13.829	5.069
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	36.321	38.082
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.307	(28.487)
Atualização monetária benefício pós emprego	18.547	23.599
	<b>490.987</b>	<b>296.422</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes e outros	29.704	(101.578)
IR e CSLL a recuperar	(1.387)	(13.663)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(14.065)	12.600
Estoques	568	(980)
Depósitos judiciais	(7.788)	(8.430)
Despesas pagas antecipadamente	(423)	994
Benefício pós emprego	835	(29)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	216.585	90.605
Outros ativos	(24.946)	(27.568)
	<b>199.083</b>	<b>(48.049)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(194.098)	7.393
Salários e encargos a pagar	(2.418)	3.673
Encargos de dívidas e swap pagos	(155.629)	(74.953)
Taxas regulamentares	(32.014)	71.403
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido CSLL) pagos	-	(13.237)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(14.393)	14.270
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(143.422)	-
Indenizações/contingências pagas	(51.205)	(35.358)
Benefício pós emprego	(19.609)	(15.748)
Outros passivos	(9.836)	6.271
	<b>(622.624)</b>	<b>(36.286)</b>
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>67.446</b>	<b>212.087</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de investimentos	-	372
Aquisição de intangível	(565.118)	(360.120)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.797)	(182.193)
Resgate de títulos e valores mobiliários	27.307	182.120
	<b>(539.608)</b>	<b>(359.821)</b>
<b>Utilização de caixa em atividades de investimento</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	276.085	579.921
Captação de debêntures	356.890	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(121.047)	(119.030)
Amortização do principal de debêntures	(216.000)	(72.000)
Pagamentos de custos de captação	(2.382)	(1.797)
Obrigações vinculadas	20.975	32.385
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(49.908)	(98.997)
	<b>264.613</b>	<b>320.482</b>
<b>Geração de caixa em atividades de financiamento</b>	<b>(207.549)</b>	<b>172.748</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	316.553	57.465
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	109.004	230.213
<b>Variação líquida de caixa</b>	<b>(207.549)</b>	<b>172.748</b>

(\*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do valor adicionado  
Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
<b>Receitas</b>		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	5.179.008	5.046.419
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(103.348)	(65.987)
	<b>5.075.660</b>	<b>4.980.432</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (1.903.255)	(2.146.804)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (180.319)	(203.276)
Matérias-primas consumidas	(*) (2.855)	(4.911)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (933.435)	(642.265)
	<b>(3.019.864)</b>	<b>(2.997.256)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	2.055.796	1.983.176
Amortização	(*) (135.408)	(148.107)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>1.920.388</b>	<b>1.835.069</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	(*) 526.070	518.060
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.446.458</b>	<b>2.353.129</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	84.451	73.969
Encargos sociais (exceto INSS)	18.768	17.190
Entidade de previdência privada	15.271	13.697
Auxílio alimentação	10.530	8.948
Convênio assistencial e outros benefícios	6.120	4.156
Despesas com desligamento	5.110	13.452
Férias e 13º salário	18.922	16.571
Plano de saúde	11.664	8.954
Indenizações trabalhistas	1.651	1.409
Participação no resultado	9.527	10.268
Administradores	3.524	2.874
Encerramento de ordem em curso	964	1.094
(-) Transferência para ordens	(20.407)	(21.092)
<b>Subtotal</b>	<b>166.095</b>	<b>151.490</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	20.716	18.231
ICMS	1.015.889	962.753
PIS/COFINS sobre faturamento	238.544	242.175
Imposto de renda e contribuição social	(6.218)	18.314
Obrigações intra-setoriais	353.880	309.244
Outros	3.979	3.658
<b>Subtotal</b>	<b>1.626.790</b>	<b>1.554.375</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	682.863	638.922
Aluguéis	(*) 2.450	2.106
<b>Subtotal</b>	<b>685.313</b>	<b>641.028</b>
<b>Acionistas</b>		
Juros sobre capital próprio	-	15.000
Lucro líquido (prejuízo) do período	(31.740)	(8.764)
<b>Subtotal</b>	<b>(31.740)</b>	<b>6.236</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>2.446.458</b>	<b>2.353.129</b>

(\*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

## **1. Informações gerais**

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, com sede na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife – Pernambuco, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2019.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 11/11/2016, as quais estão expressas em milhares de reais.

## **2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias**

### **2.1 – Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

### **2.2 – Base de apresentação**

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na Nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.



## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

### 2.3 – Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às seguintes reclassificações, conforme demonstrado a seguir.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, dos passivos, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período.

#### 2.3.1 Demonstração do resultado, período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015.

Demonstração do resultado	Ref.	01/07/2015 a 30/09/2015		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receita líquida	(a)/(c)	1.051.568	(25.344)	1.026.224
Custo dos serviços	(b)/(c)	(986.846)	73.753	(913.093)
Despesas com vendas	(b)	-	(44.173)	(44.173)
Receitas financeiras	(a)	238.262	(5.183)	233.079
Despesas financeiras		(272.745)	947	(271.798)
Prejuízo do período		(32.494)	-	(32.494)

Demonstração do resultado	Ref.	01/01/2015 a 30/09/2015		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receita líquida	(a)/(c)	3.321.784	(14.211)	3.307.573
Custo dos serviços	(b)/(c)	(3.013.904)	174.824	(2.839.080)
Despesas com vendas	(b)	-	(145.630)	(145.630)
Receitas financeiras	(a)	532.471	(16.316)	516.155
Despesas financeiras		(640.255)	1.333	(638.922)
Lucro líquido do período		6.236	-	6.236

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### 2.3.2 Demonstração do valor adicionado, período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

Demonstração do valor adicionado	Ref.	01/01/2015 a 30/09/2015		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Valor adicionado líquido	(a)/(c)	1.820.086	14.983	1.835.069
Valor adicionado recebido em transferência	(a)	534.376	(16.316)	518.060
Valor adicionado total a distribuir		2.354.462	(1.333)	2.353.129
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		151.490	-	151.490
Impostos, Taxas e Contribuições		1.554.375	-	1.554.375
Remuneração de Capitais de Terceiros		642.361	(1.333)	641.028
Remuneração de Capitais Próprios		6.236	-	6.236
Valor adicionado distribuído		2.354.462	(1.333)	2.353.129

- (a) Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, nos montantes de R\$ 5.183 no terceiro trimestre e R\$ 16.316 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócios de distribuição de energia elétrica, uma vez que o retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura, que corresponde a um único ativo físico.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Vide Nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

- (b) Reclassificação de despesas comerciais do custo dos serviços para despesas com vendas no valor de R\$ 43.961 no terceiro trimestre e R\$ 145.032 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015. Adicionalmente, foram realizadas outras reclassificações da despesa financeira para a despesa com vendas, no valor de R\$ 212 no terceiro trimestre e R\$ 598 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.
- (c) Reclassificação dos valores de multa por inadimplência do consumidor, da receita líquida o custo dos serviços, no montante de R\$ 30.527 nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015.

## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **3. Assuntos regulatórios**

#### **Bandeiras Tarifárias**

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$ 15/MWh e verde, sem acréscimo.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$ 30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$ 55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro no valor de R\$ 45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$ 30/MWh, amarela em março no valor de R\$ 15/MWh e verde a partir de abril, sem acréscimo.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente.

Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma.

No acumulado até setembro de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 100.422 (R\$ 374.403 no mesmo período do ano anterior) de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 394 repassados para a conta CCRBT (R\$ 13.718 no mesmo período do ano anterior).

#### **Sobrecontratação de energia**

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADÉE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existente que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### **CDE-Encargos**

Através da Resolução Homologatória nº 2.018/2015, de 2 de fevereiro de 2016, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE-Uso para o ano de 2016, o qual foram devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da Companhia em 2016. Houve alteração do encargo da CDE-Uso, a partir da competência de jun/16, por meio da Resolução Homologatória 2.077/2016, de 7 de junho de 2016.

Em julho de 2015, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) questionou judicialmente o pagamento de alguns itens que compõe a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma decisão liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Em janeiro de 2016, houve nova decisão Liminar de processo judicial apresentado pela Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE), de mesma natureza, contestando itens da composição da CDE.

Em cumprimento às decisões judiciais, a ANEEL por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.967, de 24 de setembro de 2015 e nº 2.083, de 14 de junho de 2016, estabeleceu as tarifas a serem aplicadas aos consumidores associados da ABRACE, retroativamente, a partir de 3 de julho de 2015 e da ANACE, a partir de 19 de janeiro de 2016, enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 24648-39.2015.4.01.3400 e nº 0069262-32.2015.4.01.3400/16ª Vara Federal, alcançando, respectivamente, 02 e 09 grandes consumidores da Companhia especificados nas resoluções. As decisões liminares estão sendo contestadas pela ANEEL e, no caso da liminar ABRACE, também pela ABRADEE.

A diferença entre as tarifas normais e aquelas homologadas, faturadas em cumprimento à liminar, foi contemplada na apuração de componente financeiro reconhecido por ocasião do reajuste tarifário de 2016, através da Resolução Homologatória nº 2.066/2016, no valor de R\$ 1.416.

Através do Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, a ANEEL resolveu que as distribuidoras deveriam deduzir dos pagamentos das cotas mensais da CDE fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, inclusive retroativamente, alcançando todas as liminares, que o componente financeiro repassado no último reajuste deveria ser revertido no próximo processo, bem como que a Eletrobrás deveria deduzir tais valores dos repasses para as destinações da CDE contestadas pelas liminares. Dessa forma, a partir do pagamento da cota de jun/16, a companhia procedeu à dedução do pagamento da cota da CDE, no valor acumulado de R\$ 1.007, relativo às competências de jul/15 a mar/16, bem como constituiu passivo para reversão do componente financeiro no próximo reajuste.

## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Recentemente, através do Despacho nº 2.634, de 30 de setembro de 2016, a ANEEL, em cumprimento à decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0028882-30.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal, decidiu homologar novas tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, em R\$/MWh, com vigência a partir de 29 de junho de 2016, e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela. Tal decisão alcança 5 grandes consumidores da CELPE. Conforme decisão da ANEEL os valores pagos a menor por tais consumidores serão deduzidos dos repasses efetuados à Eletrobras a conta CDE.

### **Decreto nº 8.221/14**

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 20.881 por mês, que será repassado à CCEE a partir de abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Para o período de janeiro a setembro de 2016 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 195.182 (R\$ 187.930 de abril a dezembro de 2015).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

### **Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.067 de 26 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,03%, dos quais 11,29% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 2,74% aos componentes financeiros pertinentes.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 9,99%, sendo de 6,77%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 11,66%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2016 com vigência até 28 de abril de 2017.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e Depósitos bancários à vista	7.345	38.968
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	101.659	277.585
	<b>109.004</b>	<b>316.553</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2016 é constituída por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos.

### 5. Contas a receber de clientes e outros

		30/09/2016	31/12/2015
Consumidores	(a)	1.316.354	1.401.117
Títulos a receber		2.774	3.384
Comercialização de energia na CCEE	(b)	127.772	76.914
Disponibilização do sistema de distribuição		51.728	17.593
Serviços prestados a terceiros		1.445	1.202
Serviços taxados e administrativos		24.767	29.329
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	50.624	65.191
<b>Outros créditos</b>		<b>30.849</b>	<b>41.287</b>
Terceiros		30.771	41.134
Partes relacionadas		78	153
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(590.774)	(556.467)
		<b>1.015.539</b>	<b>1.079.550</b>
Circulante		939.579	1.003.113
Não circulante		75.960	76.437

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### (a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90	Mais de 90				
		dias	Dias	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Setor privado							
Residencial	77.973	126.258	403.262	607.493	594.524	(403.262)	(373.402)
Industrial	53.145	9.181	48.579	110.905	121.563	(39.082)	(40.809)
Comercial	94.171	33.983	58.809	186.963	194.918	(69.313)	(63.822)
Rural	15.771	15.503	42.276	73.550	72.792	(35.920)	(32.989)
	<b>241.060</b>	<b>184.925</b>	<b>552.926</b>	<b>978.911</b>	<b>983.797</b>	<b>(547.577)</b>	<b>(511.022)</b>
Setor público							
Federal	8.259	603	1.101	9.963	13.364	(386)	(374)
Estadual	10.564	14.692	3.748	29.004	13.527	(1.022)	(457)
Municipal	66.370	7.425	7.426	81.221	82.014	(9.041)	(11.343)
	<b>85.193</b>	<b>22.720</b>	<b>12.275</b>	<b>120.188</b>	<b>108.905</b>	<b>(10.449)</b>	<b>(12.174)</b>
Iluminação pública	15.010	9.705	7.076	31.791	34.478	(3.061)	(5.113)
Serviço público	29.136	2.523	9.675	41.334	47.709	(7.565)	(6.036)
Fornecimento não faturado	144.130	-	-	144.130	226.228	-	-
Total	<b>514.529</b>	<b>219.873</b>	<b>581.952</b>	<b>1.316.354</b>	<b>1.401.117</b>	<b>(568.652)</b>	<b>(534.345)</b>
Circulante				1.256.348	1.352.928	(568.652)	(534.345)
Não circulante				60.006	48.189	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

### (b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, R\$ 22.122, compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

### (c) Subvenções

#### (c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 29.678 (R\$ 27.463 em 31 de dezembro de 2015).



## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### (c.2) CDE:

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 29 de abril de 2016, foi emitida a resolução homologatória nº 2.067/16 aprovando o valor mensal de R\$ 11.691, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 20.946 (R\$ 37.728 em 31 de dezembro de 2015).

### (d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

	<b>Consumidores</b>	<b>Comercialização de energia na CCEE</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>(559.745)</b>	<b>(22.122)</b>	<b>(581.867)</b>
Adições	(127.507)	-	(127.507)
Reversões	35.186	-	35.186
Baixados a reserva	117.721	-	117.721
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(534.345)</b>	<b>(22.122)</b>	<b>(556.467)</b>
Adições	(144.098)	-	(144.098)
Reversões	40.750	-	40.750
Baixados a reserva	69.041	-	69.041
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<b>(568.652)</b>	<b>(22.122)</b>	<b>(590.774)</b>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### 6. Impostos e contribuições a recuperar

		30/09/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda – IR	(a)	20.953	14.300
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	4.566	8.283
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	36.996	27.995
Programa de integração social – PIS	(c)	2.123	2.939
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(c)	9.879	13.430
Instituto nacional de seguridade social – INSS		1.927	1.812
Imposto sobre serviços – ISS		175	195
		<b>76.619</b>	<b>68.954</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	39.877	30.541
		<b>116.496</b>	<b>99.495</b>

- (a) Correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IRPJ e CSLL.
- (b) O saldo do ICMS é composto da seguinte forma:
- b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, no montante de R\$ 67.659 (R\$ 49.322 em 31 de dezembro de 2015).
- b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.214 (R\$ 9.214 em 31 de dezembro de 2015).
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, nos montantes de R\$ 12.002 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 16.369 em 31 de dezembro de 2015).

### 7. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

# Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 10 de dezembro de 2014, a ANEEL aditou os contratos de concessão e permissão com vistas a eliminar eventuais incertezas, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, a ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

30/09/2016							
	Circulante			Não circulante			Total líquido
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	
Parcela A							
Energia	118.090	(59.278)	58.812	-	(59.278)	(59.278)	(466)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(53.635)	(53.635)	-	(8.007)	(8.007)	(61.642)
Neutralidade dos encargos setoriais	6.162	-	6.162	1.737	-	1.737	7.899
Repasse de Sobrecontratação (a)	-	(68.729)	(68.729)	-	(28.688)	(28.688)	(97.417)
Outras CVA's	45.207	(193)	45.014	6.020	(193)	5.827	50.841
Itens Financeiros							
Energia Eletronuclear	52	-	52	-	-	-	52
Reversão RTE 2015 (b)	14.406	(27.149)	(12.743)	-	(215)	(215)	(12.958)
Outros itens financeiros	1.017	-	1.017	411	-	411	1.428
<b>184.934      (208.984)      (24.050)      8.168      (96.381)      (88.213)      (112.263)</b>							
31/12/2015							
	Circulante			Não circulante			Total líquido
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	
Parcela A							
Energia	138.216	-	138.216	46.072	-	46.072	184.288
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(81.828)	(81.828)	-	(27.276)	(27.276)	(109.104)
Neutralidade dos encargos setoriais	3.626	(2.447)	1.179	1.209	(816)	393	1.572
Repasse de Sobrecontratação (a)	-	(31.558)	(31.558)	-	(1.648)	(1.648)	(33.206)
Outras CVA's	41.907	(71)	41.836	13.969	(24)	13.945	55.781
Itens Financeiros							
Energia Eletronuclear	1.634	-	1.634	-	-	-	1.634
Exposição Financeira	5.210	-	5.210	1.612	-	1.612	6.822
Outros itens financeiros	806	(1.277)	(471)	229	(678)	(449)	(920)
<b>191.399      (117.181)      74.218      63.091      (30.442)      32.649      106.867</b>							

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### (a) Repasse de Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

No período de nove meses findo em setembro de 2016, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 7,28%, e reconheceu um ajuste financeiro ativo de R\$ 7.558, de forma a anular o efeito do resultado obtido com a venda do excedente de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R\$ 149,91/MWh. Vale destacar que, como a apuração da sobrecontratação superou o limite dos 5%, a Companhia registrou um componente financeiro passivo atualizado no valor de R\$ 4.015, associado ao excedente de sobrecontratação sem direito a repasse, em conformidade com a metodologia estabelecida pela ANEEL.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia mantém um financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 97.417 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o saldo em amortização da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de abril/2016, e passivo relativo à sobrecontratação de exercício anteriores relativo às recontabilizações.

### (b) Reversão RTE 2015

No reajuste 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 15.200, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 02 de março a 28 de abril de 2015, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Saldos iniciais</b>	<b>106.867</b>	<b>249.224</b>
Constituição	(150.551)	(54.222)
Amortização	(73.163)	(118.109)
Remuneração financeira setorial	4.584	29.974
<b>Saldos finais Ativo (Passivo)</b>	<b><u>(112.263)</u></b>	<b><u>106.867</u></b>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 8. Impostos e contribuições diferidos

		<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	(a)	<b>137.565</b>	<b>119.915</b>
Diferido ativo		219.322	181.875
Diferido passivo		(81.757)	(61.960)
<b>Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL</b>	(b)	<b>131.838</b>	<b>142.958</b>
		<u><b>269.403</b></u>	<u><b>262.873</b></u>

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	<u>30/09/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>
<b>Imposto de renda</b>				
Prejuízos fiscais	84.821	21.205	-	-
Diferenças temporárias	319.783	79.946	352.693	88.173
	<u><b>404.604</b></u>	<u><b>101.151</b></u>	<u><b>352.693</b></u>	<u><b>88.173</b></u>
<b>Contribuição Social</b>				
Base negativa	84.821	7.634	-	-
Diferenças temporárias	319.783	28.780	352.693	31.742
	<u><b>404.604</b></u>	<u><b>36.414</b></u>	<u><b>352.693</b></u>	<u><b>31.742</b></u>
		<u><b>137.565</b></u>		<u><b>119.915</b></u>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	30/09/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Ativo</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	116.169	116.169	117.612	117.612
Provisão para passivo atuarial	210.264	210.264	209.540	209.540
Provisão contingências	112.472	112.472	107.694	107.694
Prejuízo fiscal	84.821	84.821	-	-
Receita de ultrapassagem	89.369	89.369	72.252	72.252
Ajuste da quota anual de amortização	7.218	7.218	3.740	3.740
Outros	24.752	24.752	27.830	27.830
<b>Total Ativo</b>	<b>645.065</b>	<b>645.065</b>	<b>538.668</b>	<b>538.668</b>
<b>Passivo (-)</b>				
Valor justo do ativo indenizável	(150.589)	(150.589)	(114.197)	(114.197)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(87.822)	(87.822)	(69.017)	(69.017)
Custo de captação	(2.050)	(2.050)	(2.761)	(2.761)
<b>Total Passivo</b>	<b>(240.461)</b>	<b>(240.461)</b>	<b>(185.975)</b>	<b>(185.975)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>404.604</b>	<b>404.604</b>	<b>352.693</b>	<b>352.693</b>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2015 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 12 de novembro de 2015, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que, a mesma, opera conforme Instrução CVM 371/02.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2016 e 2015.

# Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de três meses findos em			
	30/09/2016		30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro(prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(42.785)	(42.785)	(34.915)	(34.915)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(3.706)	(3.707)	(4.067)	(4.067)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(46.491)</b>	<b>(46.492)</b>	<b>(38.982)</b>	<b>(38.982)</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>(11.623)</b>	<b>(4.184)</b>	<b>(9.746)</b>	<b>(3.508)</b>
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) que afetam o resultado fiscal do período:				
<b>(+) Adições</b>				
Contribuições e doações	1	-	22	8
Multas indedutíveis	954	343	1.036	373
Depreciação veículos executivos	5	2	5	2
Excesso despesas previdenciárias	1.296	467	1.401	504
Outras adições	16	5	18	7
	<b>2.272</b>	<b>817</b>	<b>2.482</b>	<b>894</b>
<b>(-) Exclusões</b>				
Reversão da provisão do ágio	(1.799)	(647)	(1.973)	(712)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	5.894	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	-	-	187	-
Outras exclusões	-	-	(6)	-
	<b>(1.799)</b>	<b>(647)</b>	<b>4.102</b>	<b>(712)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social no período</b>	<b>(11.150)</b>	<b>(4.014)</b>	<b>(3.162)</b>	<b>(3.326)</b>
<b>Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.701)</b>	<b>(2.799)</b>
Compensados e deduzidos	-	-	479	1.806
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(2.180)	(4.605)
<b>Diferido</b>	<b>(11.150)</b>	<b>(4.014)</b>	<b>(1.461)</b>	<b>(527)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social no período</b>	<b>(11.150)</b>	<b>(4.014)</b>	<b>(3.162)</b>	<b>(3.326)</b>

# Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de nove meses findos em			
	30/09/2016		30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro(prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(37.958)	(37.958)	24.550	24.550
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(11.120)	(11.120)	(12.202)	(12.202)
Juros sobre capital próprio	-	-	(15.000)	(15.000)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(49.078)</b>	<b>(49.078)</b>	<b>(2.652)</b>	<b>(2.652)</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>(12.270)</b>	<b>(4.417)</b>	<b>(663)</b>	<b>(239)</b>
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) que afetam o resultado fiscal do período:				
<b>(+) Adições</b>				
Contribuições e doações	57	20	41	15
Multas indedutíveis	1.027	370	4.071	1.466
Depreciação veículos executivos	16	6	16	6
Excesso despesas previdenciárias	3.814	1.373	3.712	1.336
Outras adições	39	14	183	67
	<b>4.953</b>	<b>1.783</b>	<b>8.023</b>	<b>2.890</b>
<b>(-) Exclusões</b>				
Reversão da provisão do ágio	(5.397)	(1.943)	(5.921)	(2.133)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	(1.691)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	-	-	(146)	-
Outras exclusões	(47)	-	(16)	-
	<b>(5.444)</b>	<b>(1.943)</b>	<b>(7.774)</b>	<b>(2.133)</b>
Imposto de renda e contribuição social no período	<b>(12.761)</b>	<b>(4.577)</b>	<b>(414)</b>	<b>518</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	-	-	37	-
Diferido de diferença temporária de RTT	-	-	5.971	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(12.761)</b>	<b>(4.577)</b>	<b>5.594</b>	<b>518</b>
<b>Corrente</b>	<b>(1)</b>	<b>16</b>	<b>4.263</b>	<b>2.189</b>
Recolhidos e pagos	-	-	6.443	6.794
Compensados e deduzidos	(1)	16	-	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(2.180)	(4.605)
<b>Diferido</b>	<b>(12.760)</b>	<b>(4.593)</b>	<b>1.331</b>	<b>(1.671)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social no período</b>	<b>(12.761)</b>	<b>(4.577)</b>	<b>5.594</b>	<b>518</b>

## (b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.



## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 9. Depósitos judiciais

	30/09/2016	31/12/2015
Trabalhistas	25.268	20.215
Cíveis	38.209	33.586
Fiscais:	11.673	11.452
Impostos municipais	5.250	4.887
IOF	6.265	6.265
Outros	158	300
	<b>75.150</b>	<b>65.253</b>

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

### 10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

#### 10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Saldos iniciais</b>	<b>718.427</b>	<b>504.530</b>
Baixas	852	(1.123)
Transferências	(a) 217.188	124.508
Atualização valor justo	36.392	90.512
<b>Saldos finais</b>	<b>972.859</b>	<b>718.427</b>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 20). A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do período.

Conforme mencionado acima, a Companhia adota como melhor estimativa de evolução do VNR o mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais. A Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, de 23 de novembro de 2015 aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), passando a mesma a ser atualizada pela variação do IPCA (antes IGPM) entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

### 10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de setembro de 2016 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 25.222 (R\$ 9.729 no mesmo período de 2015) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 0,8349%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2016				31/12/2015	
	Taxas anuais médias ponderadas					
	de amortização		Amortização	Obrigações	Valor	Valor
	(%)	Custo	Acumulada	Empresariais	Líquido	Líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,57	4.090.651	(1.901.561)	(171.353)	2.017.737	1.841.235
Em curso						
Direito de uso da concessão		552.891	-	(110.472)	442.419	399.437
Total		4.643.542	(1.901.561)	(281.825)	2.460.156	2.240.672

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>3.593.185</b>	<b>(1.633.749)</b>	<b>(173.074)</b>	<b>1.786.362</b>	<b>353.975</b>	<b>(67.849)</b>	<b>286.126</b>	<b>2.072.488</b>
Adições	-	-	-	-	533.095	(45.227)	487.868	487.868
Baixas	(17.643)	12.699	-	(4.944)	696	-	696	(4.248)
Amortizações	-	(181.544)	9.678	(171.866)	-	-	-	(171.866)
Transferências – Intangíveis	208.708	-	(6.634)	202.074	(208.708)	6.634	(202.074)	-
Transferências – Ativos financeiros	454	-	-	454	(129.863)	4.901	(124.962)	(124.508)
Transferências – Outros	29.024	131	-	29.155	(39.089)	(9.128)	(48.217)	(19.062)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.813.728</b>	<b>(1.802.463)</b>	<b>(170.030)</b>	<b>1.841.235</b>	<b>510.106</b>	<b>(110.669)</b>	<b>399.437</b>	<b>2.240.672</b>
Adições	-	-	-	-	590.340	(20.975)	569.365	569.365
Baixas	(58.141)	45.048	3.171	(9.922)	(4.759)	-	(4.759)	(14.681)
Amortizações	-	(144.146)	8.737	(135.409)	-	-	-	(135.409)
Transferências – Intangíveis	327.018	-	(13.231)	313.787	(327.018)	13.231	(313.787)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	(1.076)	-	-	(1.076)	(228.843)	12.731	(216.112)	(217.188)
Transferências – Outros (b)	9.122	-	-	9.122	13.065	(4.790)	8.275	17.397
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>4.090.651</b>	<b>(1.901.561)</b>	<b>(171.353)</b>	<b>2.017.737</b>	<b>552.891</b>	<b>(110.472)</b>	<b>442.419</b>	<b>2.460.156</b>

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Refere-se às transferências de capitalização de encargos de juros sobre obras em andamento (transferência do Intangível Em Curso para Em Serviço) ocorridas no período e as transferências realizadas entre obras e estoques.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### 11. Fornecedores

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Energia elétrica</b>	<b>352.125</b>	<b>351.952</b>
Terceiros	207.970	236.214
Partes relacionadas	144.155	115.738
<b>Encargos de uso da rede</b>	<b>32.468</b>	<b>61.516</b>
Terceiros	31.965	60.848
Partes relacionadas	503	668
<b>Materiais e serviços</b>	<b>77.489</b>	<b>246.379</b>
Terceiros	76.924	246.048
Partes relacionadas	565	331
<b>Energia livre</b>	<b>39.011</b>	<b>35.344</b>
	<b>501.093</b>	<b>695.191</b>
Circulante	462.082	659.847
Não circulante	39.011	35.344

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

### 12. Empréstimos e financiamentos

	30/09/2016			31/12/2015	
Composição da dívida líquida	Empréstimo	Custos de transação	Operações com Swap	Total	Total
<b>Moeda nacional</b>					
Banco do Brasil	198.996	-	-	198.996	191.803
BNB 6	-	-	-	-	13.453
BNDES FINEM	684.986	(1.942)	-	683.044	707.202
CEF / LPT 4	23.660	-	-	23.660	14.455
Eletrobrás	-	-	-	-	12.807
FINEP	23.878	(79)	-	23.799	33.541
IBM	55.207	-	-	55.207	57.108
	<b>986.727</b>	<b>(2.021)</b>	<b>-</b>	<b>984.706</b>	<b>1.030.369</b>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Banco Citibank	131.780	-	(36.293)	95.487	94.232
Banco HSBC	141.770	-	2.760	144.529	144.371
Banco Itaú	255.669	(38)	4.395	260.026	68.488
KfW	962	-	(362)	600	1.253
Banco Santander	204.619	-	15.706	220.326	213.925
Banco ABC	20.209	-	29	20.238	-
	<b>755.009</b>	<b>(38)</b>	<b>(13.765)</b>	<b>741.206</b>	<b>522.269</b>
<b>(-) Depósitos em garantia circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24.054)</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.741.736</b>	<b>(2.059)</b>	<b>(13.765)</b>	<b>1.725.912</b>	<b>1.528.584</b>
<b>Circulante</b>	<b>588.679</b>	<b>(705)</b>	<b>29.159</b>	<b>617.133</b>	<b>338.571</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.153.057</b>	<b>(1.354)</b>	<b>(42.924)</b>	<b>1.108.779</b>	<b>1.190.013</b>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### (a) Captações e renegociações de recursos no período

- Santander: rolagem de dívida já existente em moeda estrangeira no valor de USD 38.807, equivalentes a R\$ 150.000, com custo de 4,36% a.a., com swap de 124,80% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em agosto de 2017, e possui pagamentos de juros semestrais.
- Itaú: captação em moeda estrangeira no valor de USD 25.413, equivalentes a R\$ 100.000, com custo de 3,03% a.a., com swap de 124,80% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em agosto de 2017, e possui pagamentos de juros semestrais.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: no terceiro trimestre de 2016, a Companhia recebeu o volume de R\$ 55.254 do BNDES, provenientes do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013, para financiar parte dos investimentos realizados no período de 2014 a 2016.
- Caixa Econômica Federal: a companhia recebeu o valor de R\$ 10.831, referente ao financiamento do Programa Luz para Todos, em parceria com a Eletrobrás. O financiamento tem o prazo de 9 anos e custo de 6% a.a.
- ABC: captação em moeda estrangeira no valor de USD 6.179, equivalentes a R\$ 20.000, com custo de 4,13% a.a., com swap de 120% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em março de 2017, e possui pagamentos de juros trimestrais.
- Itau: captação em moeda estrangeira no valor de USD 27.735, equivalentes a R\$ 90.000, com custo de 4,28% a.a., com swap de 125% do CDI. O contrato será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira em março de 2019 e a segunda em setembro de 2019, e possui pagamentos de juros semestrais.

### (b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos:

Apurados com base nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Neoenergia S.A. (garantidora), como segue:

- HSBC 4131, Itaú 2016, Citi 2013, Citi 2014 e BNDES 2013: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 4$  e EBITDA/Resultado Financeiro  $\geq 2$ .
- BNDES 2009: Patrimônio líquido / Exigível total  $\geq 45\%$ , EBITDA / Receita operacional líquida  $\geq 15\%$ , EBITDA / Serviço da Dívida  $\geq 1,2$ , Ativo Circulante / Passivo Circulante  $\geq 0,4$ .

Os índices financeiros dos contratos firmados são apurados trimestralmente, com exceção do BNDES e Itaú, que devem ser apurados anualmente.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/2016			31/12/2015		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	78.701	(137)	78.564	183.590	(631)	182.959
2018	507.288	(435)	506.853	439.476	(435)	439.041
2019	148.847	(318)	148.529	188.982	(318)	188.664
2020	148.847	(226)	148.621	151.883	(226)	151.657
2021	115.305	(135)	115.170	112.186	(135)	112.051
Após 2021	111.145	(103)	111.042	115.745	(104)	115.641
<b>Total obrigações</b>	<b>1.110.133</b>	<b>(1.354)</b>	<b>1.108.779</b>	<b>1.191.862</b>	<b>(1.849)</b>	<b>1.190.013</b>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>198.116</b>	<b>714.834</b>	<b>2.566</b>	<b>96.298</b>	<b>1.011.814</b>
Ingressos	5.584	272.476	130.000	270.000	678.060
Encargos	74.845	-	10.459	-	85.304
Variação monetária e cambial	2.599	13.214	58.509	134.874	209.196
Swap	-	-	(11.573)	(134.857)	(146.430)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	18	(2.344)	(2.326)
Transferências	194.398	(194.398)	875	(875)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(272.043)	-	(31.568)	-	(303.611)
(-) Mov. depósitos em garantia	(24.054)	21.376	-	-	(2.678)
(-) Custos de transação	(59)	(573)	(101)	(12)	(745)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>179.386</b>	<b>826.929</b>	<b>159.185</b>	<b>363.084</b>	<b>1.528.584</b>
Ingressos	1.291	64.794	20.000	190.000	276.085
Encargos	55.417	12	13.682	-	69.111
Variação monetária e cambial	4.772	16.968	(35.147)	(92.784)	(106.191)
Swap	-	-	88.580	94.151	182.731
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	757	529	1.286
Transferências	124.887	(124.887)	230.017	(230.017)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(189.553)	-	(60.905)	-	(250.458)
(-) Mov. depósitos em garantia	24.054	-	-	-	24.054
(-) Custos de transação	636	-	74	-	710
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>200.890</b>	<b>783.816</b>	<b>416.243</b>	<b>324.963</b>	<b>1.725.912</b>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Debêntures

Composição	30/09/2016			31/12/2015
	Debêntures	Custo de transação	Total	Total
4ª Emissão (*)	-	-	-	222.081
5ª Emissão	214.451	(984)	213.467	-
6ª Emissão	161.625	(765)	160.860	-
<b>Total</b>	<b>376.076</b>	<b>(1.749)</b>	<b>374.327</b>	<b>222.081</b>
Circulante	69.186	(1.006)	68.180	150.122
Não circulante	306.890	(743)	306.147	71.959

(\*) As debêntures da 4ª emissão foram liquidadas em fevereiro de 2016.

#### (a) Emissões e renegociações de debêntures no período

Em fevereiro de 2016 a Companhia realizou a emissão a 5ª debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos com as seguintes principais características: (i) volume de R\$ 206.890; (ii) taxa de 118% do CDI; (iii) prazo de 3 anos; (iv) amortização de principal anual ao final do 2º e 3º ano e (v) juros semestrais.

Em abril de 2016 a Companhia realizou a emissão a 6ª debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos com as seguintes principais características: (i) volume de R\$ 150.000; (ii) taxa de 122,70% do CDI; (iii) prazo de 3 anos; (iv) amortização de principal anual e (v) juros semestrais.

#### (b) Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura da 5ª e 6ª emissões de debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia, como segue:

- Dívida Líquida / EBITDA  $\leq$  4,0;
- EBITDA/Resultado Financeiro  $\geq$  2.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### (c) Garantias

Para a 5ª e 6ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/2016			31/12/2015		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2017	-	(208)	(208)	72.000	(41)	71.959
2018	153.445	(478)	152.967	-	-	-
2019	153.445	(57)	153.388	-	-	-
	<b>306.890</b>	<b>(743)</b>	<b>306.147</b>	<b>72.000</b>	<b>(41)</b>	<b>71.959</b>

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>152.169</b>	<b>215.680</b>	<b>367.849</b>
Encargos	41.867	-	41.867
Transferências	144.000	(144.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(188.194)	-	(188.194)
(-) Custos de transação	280	279	559
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>150.122</b>	<b>71.959</b>	<b>222.081</b>
Ingressos	50.000	306.890	356.890
Encargos	39.003	-	39.003
Transferências	71.469	(71.469)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(243.367)	(1.233)	(244.600)
(-) Custos de transação	953	-	953
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>68.180</b>	<b>306.147</b>	<b>374.327</b>

### 14. Salários e encargos a pagar

	30/09/2016	31/12/2015
Salários	3.191	4.987
Encargos sociais	4.700	6.129
Provisões férias e 13º salário	17.109	11.805
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	6.919	4.756
Provisão PLR (a)	7.848	14.724
Outros	1.521	1.305
	<b>41.288</b>	<b>43.706</b>

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O pagamento da PLR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu em abril de 2016.



## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 15. Taxas regulamentares

		<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	35.071	40.874
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	2.431	1.129
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	1.215	564
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	16.770	14.886
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	14.561	14.848
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	428	394
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	80	27.253
		<u>70.556</u>	<u>99.948</u>
Circulante		42.962	73.642
Não circulante		27.594	26.306

#### (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

O saldo em aberto em 30 de setembro de 2016, refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 7.450, conforme Resolução nº 2.077 de 07 de junho de 2016, sendo deduzido o valor de R\$ 285, referente as liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 14 de junho de 2016; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 5.818, conforme Resolução nº 2.018 de 02 de fevereiro de 2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 22.090, conforme Resolução nº 2.004 de 15 de dezembro de 2015.

#### (b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### (c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, conforme Despacho nº 086 de Abril de 2016.

### (d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, de R\$ 1.621, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração também o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

## 16. Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	127.585	135.735
Programa de integração social - PIS	4.870	6.063
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	22.498	28.028
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.392	2.308
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	790	1.010
Imposto sobre serviços - ISS	2.793	3.099
Impostos e contribuições retidos na fonte	994	1.825
Outros	8.046	7.293
<b>Total</b>	<b><u>170.968</u></b>	<b><u>185.361</u></b>

## 17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, e fiscais, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>37.079</b>	<b>69.941</b>	<b>674</b>	<b>107.694</b>
Constituição	26.409	22.151	1.764	50.324
Baixas/reversão	(31.523)	(30.092)	(3.593)	(65.208)
Atualização	4.792	12.930	1.940	19.662
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<b><u>36.757</u></b>	<b><u>74.930</u></b>	<b><u>785</u></b>	<b><u>112.472</u></b>
Circulante	17.842	28.871	12	46.725
Não circulante	18.915	46.059	773	65.747

## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 323.950 (R\$ 310.202 em 31 de dezembro de 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

### Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, morte, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 292.563 (R\$ 278.787 em 31 de dezembro de 2015) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

### Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.110.804 (R\$ 1.003.870 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que estão estimados em R\$ 30.275 e R\$ 828.460, respectivamente (R\$ 27.849 e R\$ 792.636 em 31 de dezembro de 2015 respectivamente) e (ii) suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de fornecedores Micro Empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura estimados em R\$ 19.546 (R\$ 11.398 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Outros passivos

		<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Consumidores	(a)	17.166	23.698
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	(b)	17.495	16.072
Caução em garantia	(c)	91.131	73.065
Adiantamentos recebidos	(d)	9.357	10.823
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	17.495	29.159
Outras		5.162	14.825
		<b>157.806</b>	<b>167.642</b>
Circulante		134.427	154.841
Não circulante		23.379	12.801

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de Universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

(e) Aquisição dos ativos de baixa tensão, de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da CELPE, no montante de R\$ 73.318, a ser liquidada em 10 parcelas semestrais de junho de 2013 a dezembro de 2017, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

### 19. Patrimônio líquido

#### Capital social

O Capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 590.174.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.022.550	99,6	464.272	6,1	400.375	53,9	66.887.197	89,6
Outros	280.143	0,4	7.102.982	93,9	342.066	46,1	7.725.191	10,4
<b>Total</b>	<b>66.302.693</b>	<b>100.0</b>	<b>7.567.254</b>	<b>100.0</b>	<b>742.441</b>	<b>100.0</b>	<b>74.612.388</b>	<b>100.0</b>

Acionistas	R\$							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.068	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.106	10,4
<b>Total</b>	<b>524.445</b>	<b>100,0</b>	<b>59.856</b>	<b>100,0</b>	<b>5.873</b>	<b>100,0</b>	<b>590.174</b>	<b>100,0</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

### Reservas de capital

#### a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 30 de setembro de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte dos acionistas monta R\$ 376.277 (R\$ 365.155 em 31 de dezembro de 2015).

#### b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

### Reservas de lucros

#### a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia não apurou incentivo fiscal da SUDENE no período findo em 30 de setembro de 2016 (R\$ 1.691 em 30 de setembro de 2015).

#### b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2011 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

### Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<b><u>2016</u></b>					
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015	48.715	0,6522655	0,6522655	0,7174921
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Mínimos Obrigatórios Complementares 2015	1.239	0,0165827	0,0165827	0,0182409
		<b><u>49.954</u></b>			
<b><u>2015</u></b>					
AGO de 23 de abril de 2015	Dividendos Adicionais 2014	8.249	0,1104431	0,1104431	0,1214874
RCA de 19 de junho de 2015	JSCP	15.000	0,2008392	0,2008392	0,2209231
		<b><u>23.249</u></b>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Saldos iniciais em</b>	<b>1.360</b>	<b>75.910</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	48.715	23.249
Propostos	-	1.239
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	(77)
Pagos no período	(49.908)	(98.920)
Prescritos	-	(41)
<b>Saldos finais em</b>	<b><u>167</u></b>	<b><u>1.360</u></b>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

### Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2016 o montante líquido negativo de R\$ 578 (R\$ 519 negativo em 30 de setembro de 2015).

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 20. Receita líquida

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
		30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
<b>Fornecimento de energia</b>	(a)	<b>713.355</b>	<b>761.318</b>	<b>2.241.090</b>	<b>2.344.082</b>
Receita de distribuição		695.876	743.376	2.189.210	2.276.033
Remuneração financeira WACC		17.479	17.942	51.880	68.049
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	58.470	37.731	156.722	55.429
<b>Receita pela disponibilidade da rede elétrica</b>	(c)	<b>799.193</b>	<b>730.529</b>	<b>2.375.221</b>	<b>2.260.975</b>
Receita de distribuição		781.847	713.312	2.322.477	2.195.502
Remuneração financeira WACC		17.346	17.217	52.744	65.473
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(d)	3.883	(59.017)	(223.714)	(2.781)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		182.140	133.383	546.538	323.694
Outras receitas	(e)	1.234	9.733	83.152	65.020
<b>Total receita bruta</b>		<b>1.758.275</b>	<b>1.613.677</b>	<b>5.179.009</b>	<b>5.046.419</b>
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(606.540)	(587.453)	(1.801.684)	(1.738.846)
<b>Total receita operacional líquida</b>		<b>1.151.735</b>	<b>1.026.224</b>	<b>3.377.325</b>	<b>3.307.573</b>

#### a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Consumidores:</b>				
Residencial	633.812	599.811	1.976.624	1.864.009
Industrial	157.532	188.487	525.197	553.768
Comercial	360.083	365.233	1.112.707	1.108.662
Rural	56.407	55.189	156.264	159.138
Poder público	82.030	82.430	252.034	257.546
Iluminação pública	41.899	43.105	119.169	117.523
Serviço público	50.310	52.716	147.356	157.550
Suprimento	-	-	-	634
Fornecimento não faturado	(9.178)	(2.441)	(56.467)	26.364
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo*	(746.487)	(690.126)	(2.235.300)	(2.129.864)
	<b>626.408</b>	<b>694.404</b>	<b>1.997.584</b>	<b>2.115.330</b>
Subvenções	86.947	66.914	243.506	228.752
	<b>713.355</b>	<b>761.318</b>	<b>2.241.090</b>	<b>2.344.082</b>



## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

- (\*) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

### (b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

### (c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita de Uso - Consumidor livre	52.706	40.403	139.921	131.111
Receita de Uso - Consumidor Cativo*	746.487	690.126	2.235.300	2.129.864
	<b>799.193</b>	<b>730.529</b>	<b>2.375.221</b>	<b>2.260.975</b>

(\*) Vide comentários nota (a), acima.

### (d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Parcela A</b>				
Energia	(27.322)	(75.676)	(195.171)	(153.285)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	7.316	44.113	54.274	51.993
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(2.640)	5.574	2.162
Repasse de sobrecontratação	33.803	(16.883)	(55.182)	77.465
Outras CVA's	(14.467)	(8.941)	(15.829)	25.205
<b>Itens Financeiros</b>				
Energia Eletronuclear	(21)	(1.414)	(1.657)	(4.632)
Exposição Financeira	-	2.103	(6.472)	(2.448)
Reversão RTE 2015	(639)	-	(20.731)	-
Outros itens financeiros	5.213	321	11.480	759
	<b>3.883</b>	<b>(59.017)</b>	<b>(223.714)</b>	<b>(2.781)</b>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### (e) Outras receitas

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Renda da prestação de serviços	8.003	5.123	18.137	17.003
Arrendamentos e aluguéis	6.355	16.020	17.527	20.744
Serviço taxado	2.290	1.849	5.875	5.473
Valor justo ativo indenizável da concessão (a)	9.368	5.183	36.392	16.316
Multa por inadimplência	(26.694)	(19.019)	-	-
Outras receitas	1.912	577	5.221	5.484
	<b>1.234</b>	<b>9.733</b>	<b>83.152</b>	<b>65.020</b>

(a) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR. Em 23 de novembro de 2015 a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015 aprovou a revisão do índice de atualização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) passando a ser utilizado o IPCA em substituição ao IGPM entre a data base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

### (f) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
<b>Impostos e contribuições</b>				
ICMS	(327.540)	(318.776)	(1.015.889)	(962.753)
PIS	(29.383)	(23.899)	(77.469)	(83.490)
COFINS	(135.132)	(110.887)	(356.619)	(385.318)
ISS	(532)	(960)	(1.578)	(1.586)
<b>Encargos Setoriais</b>				
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*)	(104.206)	(122.622)	(315.534)	(269.277)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(4.802)	(3.929)	(16.486)	(12.719)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(1.921)	(1.571)	(6.595)	(5.088)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(960)	(786)	(3.298)	(2.544)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.921)	(1.571)	(6.595)	(5.088)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(143)	(2.452)	(1.621)	(10.983)
<b>Total</b>	<b>(606.540)</b>	<b>(587.453)</b>	<b>(1.801.684)</b>	<b>(1.738.846)</b>

(\*) Vide nota 15 (a).

# Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 21. Custos e despesas operacionais do serviço

### (a) Custo de Energia Elétrica

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	(255.512)	(239.094)	(760.820)	(737.566)
Energia adquirida contrato bilateral	(234.430)	(185.544)	(591.646)	(484.076)
Contratos por cotas de garantia física	(65.188)	(31.569)	(175.667)	(88.128)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(22.299)	(19.085)	(66.898)	(57.065)
Energia curto prazo – PLD	14.961	(810)	110.209	(137.425)
PROINFA	(25.234)	(17.750)	(75.703)	(53.251)
Ressarcimento de energia	359	3.778	2.958	33.050
Créditos de PIS e COFINS	60.484	65.042	177.754	210.200
Encargos de energia de reserva – EER	(4.933)	(16.318)	(34.871)	(16.318)
Custos Variáveis do MCP	(113.199)	(156.922)	(310.817)	(606.025)
	<b>(644.991)</b>	<b>(598.272)</b>	<b>(1.725.501)</b>	<b>(1.936.604)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</b>				
Encargos de rede básica	(26.870)	(26.431)	(79.815)	(92.716)
Encargos de conexão	(3.414)	(2.339)	(10.480)	(6.202)
Encargo de uso do sistema de distribuição	(2.037)	(2.279)	(6.382)	(6.306)
Encargo de serviço do sistema - ESS	(28.377)	(51.340)	(83.701)	(116.480)
Encargos de energia de reserva - EER	(29)	11.493	59	18.427
Créditos de PIS e COFINS	4.958	4.779	19.476	16.980
	<b>(55.769)</b>	<b>(66.117)</b>	<b>(160.843)</b>	<b>(186.297)</b>
	<b>(700.760)</b>	<b>(664.389)</b>	<b>(1.886.344)</b>	<b>(2.122.901)</b>

# Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

## (b) Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/09/2016				30/09/2015
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
					(Reclassificado)
Pessoal	(29.188)	(11.441)	(11.881)	(52.510)	(51.038)
Administradores	-	-	(1.442)	(1.442)	(706)
Entidade de previdência privada	(1.321)	(354)	(3.399)	(5.074)	(5.050)
Material	(5.697)	(64)	(773)	(6.534)	(3.510)
Combustível para produção de energia	(295)	-	-	(295)	(1.602)
Serviços de terceiros	(85.464)	(11.473)	(15.973)	(112.910)	(95.848)
Taxa de fiscalização –TFSEE	(1.285)	-	-	(1.285)	(1.181)
Indenizações	(553)	(95)	(16.403)	(17.051)	(10.183)
Amortização	(39.416)	-	(5.792)	(45.208)	(50.393)
Arrendamentos e aluguéis	(317)	(276)	(268)	(861)	(644)
Tributos	(36)	(30)	(19)	(85)	(343)
Provisões líquidas – PCLD	-	(4.808)	-	(4.808)	(349)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(22.903)	-	(22.903)	(22.022)
Provisões líquidas – contingências	-	-	3.543	3.543	(3.481)
Outros	27.667	(382)	(3.627)	23.658	21.702
<b>Total custos / despesas</b>	<b>(135.905)</b>	<b>(51.826)</b>	<b>(56.034)</b>	<b>(243.765)</b>	<b>(224.648)</b>

	Período de nove meses findos em				
	30/09/2016			30/09/2015	
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
					(Reclassificado)
Pessoal	(93.771)	(37.386)	(36.160)	(167.317)	(153.009)
Administradores	-	-	(4.223)	(4.223)	(3.466)
Entidade de previdência privada	(3.990)	(1.178)	(10.103)	(15.271)	(13.697)
Material	(16.989)	(226)	(2.234)	(19.449)	(11.303)
Combustível para produção de energia	(2.855)	-	-	(2.855)	(5.995)
Serviços de terceiros	(239.770)	(34.717)	(51.384)	(325.871)	(276.232)
Taxa de fiscalização –TFSEE	(3.752)	-	-	(3.752)	(3.545)
Indenizações	(1.558)	(148)	(49.312)	(51.018)	(28.233)
Amortização	(114.996)	-	(17.104)	(132.100)	(145.796)
Arrendamentos e aluguéis	(800)	(792)	(711)	(2.303)	(1.974)
Tributos	(1.026)	(270)	(1.105)	(2.401)	(2.072)
Provisões líquidas - PCLD	-	(34.307)	-	(34.307)	28.486
Perdas conta a receber/consumidores	-	(69.041)	-	(69.041)	(94.473)
Provisões líquidas – contingências	-	-	14.884	14.884	(2.725)
Outros	4.799	(1.637)	(8.605)	(5.443)	373
<b>Total custos / despesas</b>	<b>(474.708)</b>	<b>(179.702)</b>	<b>(166.057)</b>	<b>(820.467)</b>	<b>(713.661)</b>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### 22. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	4.176	8.400	16.449	24.251
Juros, comissões e acréscimo moratório	6.801	7.893	26.269	23.463
Marcação a mercado da dívida/swap	23.291	53.707	177.712	112.274
Variação cambial	13.930	-	211.232	55.870
Operações swap	4.754	149.963	62.507	271.861
Atualização depósitos Judicias	349	747	2.109	2.031
Remuneração financeira setorial	(2.543)	13.933	4.584	24.544
Outras receitas financeiras	4.494	340	25.208	3.766
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(1.097)	(1.904)	(5.141)	(1.905)
	<b>54.155</b>	<b>233.079</b>	<b>520.929</b>	<b>516.155</b>

Despesas financeiras	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Encargos de dívida	(31.147)	(31.619)	(88.691)	(94.266)
Marcação a mercado da dívida/swap	(31.774)	(52.379)	(200.739)	(124.068)
Variação cambial	(16.093)	(158.971)	(83.211)	(265.984)
Operações swap	(22.796)	(10.350)	(245.237)	(94.666)
Obrigações Pós Emprego	(6.182)	(7.866)	(18.547)	(23.612)
Atualização contingências	(6.283)	(4.124)	(19.662)	(13.296)
Outras despesas financeiras	(7.735)	(6.489)	(26.776)	(23.030)
	<b>(122.010)</b>	<b>(271.798)</b>	<b>(682.863)</b>	<b>(638.922)</b>

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### 23. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		30/09/2016						
		Ativo				Passivo		
		Não					Não	
Por empresa	Ref.	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
COELBA	(b)	(3.171)	77	-	77	424	-	424
TERMOVERNAMBUCO S/A	(a1)/(d)	(592.122)	-	-	-	131.626	-	131.626
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a2)	(2.366)	-	-	-	339	-	339
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a2)	(1.457)	-	-	-	209	-	209
RIO PCH I S.A.	(a2)	(1.899)	-	-	-	272	-	272
SE NARANDIBA S.A.	(c)	(14)	-	-	-	2	-	2
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c)	(117)	-	-	-	18	-	18
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a2)	(12.837)	-	-	-	1.838	-	1.838
TELES PIREES PARTICIPAÇÕES	(a2)	(21.569)	-	-	-	3.089	-	3.089
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(165)	-	-	-	18	-	18
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(141)	-	-	-	16	-	16
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(165)	-	-	-	18	-	18
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(153)	-	-	-	17	-	17
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(163)	-	-	-	18	-	18
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(111)	-	-	-	12	-	12
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(149)	-	-	-	17	-	17
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(137)	-	-	-	15	-	15
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	(138)	-	-	-	15	-	15
NORTE ENERGIA S.A.	(a2)	(19.798)	-	-	-	6.695	-	6.695
AMARA BRASIL	(f)	(2.823)	-	-	-	502	-	502
CELPOS	(g)	(33.714)	-	-	-	19.655	-	19.655
		(693.209)	77	-	77	164.815	-	164.815
Controladores								
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(h)/(i)/(j)	(22.770)	21.199	-	21.199	-	198.996	198.996
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	-	-	97	-	97
NEOENERGIA S.A	(e)	(587)	-	-	-	70	-	70
		(23.357)	21.199	-	21.199	167	198.996	199.163
Em 30/09/2016		(716.566)	21.276	-	21.276	164.982	198.996	363.978
Em 30/09/2015		(563.436)						
Em 31/12/2015			275.689	1.538	277.227	25.100	309.940	335.040

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL, com vigência até 2024. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2033 e 2044, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência até a extinção da concessão da distribuidora, do acessante ou até que seja rescindido mediante termo aditivo, corrigidos anualmente mediante regulamentação ANEEL.
- (c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2030, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contrato de locação de imóveis, com vigência até 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 2018.
- (g) Contrato de benefício com a Celpos com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
- (h) Contratos de empréstimo com o Banco do Brasil com vigência até 2021, corrigidos pela taxa de juros de 108% do CDI.
- (i) Debêntures Aplicação/Emissão, o regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.
- (j) Contrato de serviço de arrecadação com o Banco do Brasil, corrigido pelo IPCA/IBGE.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

### **23.1 Remunerações da administração**

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período findo em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 4.268 (R\$ 3.510 em 30 de setembro de 2015) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 26 de abril de 2016 aprovou o montante de até R\$ 4.392 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2016. Até setembro o montante pago foi de R\$ 5.387, dos quais R\$ 2.215 refere-se a indenizações por rescisões contratuais que pela natureza não remuneratória e sim indenizatória, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 24. Instrumentos financeiros e Gerenciamentos de Riscos

#### Considerações gerais e de políticas internas

A administração dos riscos da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Companhia executa suas operações.

Dentre os objetivos dispostos na Política Financeira estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira; utilização de derivativos com propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros; financiamento dos investimentos com Bancos de Fomento; alongamento de prazos; desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Adicionalmente a Companhia monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

#### Gestão do capital social

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Em 30 de setembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4) – são classificados como mantido para negociação e mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros (nota 5) – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (nota 10.1) – está classificado como disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado operacional do período.



## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

- Valores a compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros (nota 7) – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis.
- Fornecedores (nota 11) – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos e debêntures (notas 12 e 13) - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
  - ✓ Empréstimos e financiamentos e debêntures em moeda nacional são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.
  - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge e classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos derivativos - são mensurados a valor justo por meio do resultado. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A variação do valor justo do derivativo é registrada em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.
  - ✓ Operação de “hedge” (utilizando swap para CDI) para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge de valor justo, vigentes em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

					Valores de Referência						Efeito acumulado 30/09/2016
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		Valor a receber/ recebido - a pagar/pago
					30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	
<b>Contratos de swaps:</b>											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 231	EUR 242	844	1.124	962	1.204	
Passiva				72,5% do CDI			596	659	(596)	(624)	
Risco de Crédito									(4)	-	(8)
									<b>362</b>	<b>580</b>	
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 0	EUR 240	-	2.061	-	940	
Passiva				92% do CDI			-	1.347	-	(723)	
Risco de Crédito									-	-	
									<b>-</b>	<b>217</b>	259
Ativa	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.)	USD 17.020	USD 17.018	55.264	67.611	54.531	63.778	
Passiva				104,5% do CDI			39.466	39.482	(39.466)	(39.510)	
Risco de Crédito									(93)	-	(3.306)
									<b>14.972</b>	<b>24.268</b>	
Ativa	Banco Citibank	29/08/14	29/08/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,989% a.a.)	USD 24.183	USD 24.173	78.525	96.041	77.283	89.787	
Passiva				107,34% do CDI			55.717	55.650	(55.717)	(55.686)	
Risco de Crédito									(245)	-	(4.722)
									<b>21.321</b>	<b>34.101</b>	
Ativa	Banco Santander	05/02/16	07/08/17	USD + 5,8111%	USD 39.070	USD 48.751	127.113	193.187	127.765	194.221	
Passiva				124,80% do CDI			153.878	141.040	(153.880)	(146.407)	
Risco de Crédito									(383)	-	
									<b>(26.498)</b>	<b>47.814</b>	32.326
Ativa	Banco Santander	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2885% a.a.	USD 23.781	USD 23.929	77.290	94.528	77.231	92.802	
Passiva				110,4% do CDI			66.408	66.314	(66.408)	(68.836)	
Risco de Crédito									(31)	-	(7.003)
									<b>10.792</b>	<b>23.966</b>	
Ativa	Banco Itaú	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2655% a.a	USD 23.809	USD 23.975	77.343	94.617	77.334	93.077	
Passiva				108,8% do CDI			66.387	66.317	(66.387)	(68.779)	
Risco de Crédito									(32)	-	(6.873)
									<b>10.915</b>	<b>24.298</b>	
Ativa	Banco Itaú	05/02/16	07/08/17	USD + 3,5650% a.a.	USD 25.533	-	82.953	-	83.907	-	
Passiva				124,80% do CDI			102.585	-	(102.586)	-	
Risco de Crédito									(274)	-	(7.051)
									<b>(18.953)</b>	<b>-</b>	

# Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência						Efeito acumulado
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		30/09/2016
					30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	Valor a receber/ recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Ativa	HSBC	09/04/15	09/04/18	USD+1,1765* (Libor 3M + 1,4% a.a.)	USD 43.867	USD 43.837	142.517	175.888	141.886	166.016	
Passiva				107,4% do CDI			144.649	144.610	(144.650)	(144.489)	
Risco de Crédito									4	-	
								(2.760)	21.527		(12.232)
Ativa	Banco Itaú	08/09/16	06/09/19	USD+5,0400% a.a)	USD 27.808	-	90.311	-	94.593	-	
Passiva				125,00% do CDI			90.949	-	(90.950)	-	
Risco de Crédito									-	-	
								3.643	-		-
Ativa	ABC	01/09/16	01/03/17	USD+4,1300% a.a)	USD 6.194	-	20.124	-	20.224	-	
Passiva				120,00% do CDI			20.253	-	(20.253)	-	
Risco de Crédito									-	-	
								(29)	-		-
								13.765	176.771		(8.610)

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
30 de setembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

### Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	30/09/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>1.015.539</b>	<b>1.015.539</b>	<b>1.186.417</b>	<b>1.186.417</b>
Contas a receber de clientes e outros	1.015.539	1.015.539	1.079.550	1.079.550
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	106.867	106.867
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>384</b>	<b>384</b>	<b>349</b>	<b>349</b>
Titulos e valores mobiliários	384	384	349	349
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>109.214</b>	<b>109.214</b>	<b>318.218</b>	<b>318.218</b>
Caixa e equivalentes de caixa	109.004	109.004	316.553	316.553
Titulos e valores mobiliários	210	210	1.665	1.665
<b>Disponível para venda</b>	<b>972.859</b>	<b>972.859</b>	<b>718.427</b>	<b>718.427</b>
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	972.859	972.859	718.427	718.427
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>1.972.389</b>	<b>1.972.389</b>	<b>1.923.587</b>	<b>1.923.587</b>
Fornecedores	501.093	501.093	695.191	695.191
Empréstimos e financiamentos	984.706	984.706	1.006.315	1.006.315
Debêntures	374.327	374.327	222.081	222.081
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	112.263	112.263	-	-
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>741.206</b>	<b>741.206</b>	<b>522.269</b>	<b>522.269</b>
Empréstimos e financiamentos	754.971	754.971	699.040	699.040
Derivativos	(13.765)	(13.765)	(176.771)	(176.771)

A Companhia entende que o valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil, bem como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo ou outra fonte similar que possam servir de parâmetro para a determinação de seu valor justo. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

## **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, de forma que o valor justo já está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

### Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

30/09/2016				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Disponível para venda</b>				
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	-	-	972.859	972.859
<b>Mantidos para negociação</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.345	101.659	-	109.004
Títulos e valores mobiliários	210	-	-	210
<b>Passivos</b>				
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e Financiamentos	-	754.971	-	754.971
Derivativos	-	(13.765)	-	(13.765)
	<b>7.555</b>	<b>842.865</b>	<b>972.859</b>	<b>1.823.279</b>

### Fatores de risco

#### ✓ Risco de variação cambial

A Companhia está sujeita à volatilidade de outras moedas em relação ao Real, devido principalmente aos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira ou indexados à variação cambial. Em 30 de setembro de 2016, todo o endividamento exposto à variação cambial encontrava-se protegido através de operações de *hedge* com derivativos, basicamente *swaps*.

Para o período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 171.614 (R\$ 139.066, resultado positivo em 30 de setembro de 2015).

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor justo dos derivativos à variação das taxas de câmbio, mantendo-se as demais variáveis que podem impactar o valor dos derivativos.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,2462	(750.730)	(5.487)	(6.858)	(8.230)
Swap Ponta Ativa em Dólar				751.439	6.777	8.471	10.166
<b>Exposição Líquida</b>					<b>1.290</b>	<b>1.613</b>	<b>1.936</b>
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3.6484	(844)	(4)	(5)	(6)
Swap Ponta Ativa em Euro				844	4	5	6
<b>Exposição Líquida</b>					<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período.

Nos cenários II e III esta projeção foi majorada em 25% e 50% em relação ao cenário provável, respectivamente.

### ✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2016, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 183.062 (R\$ 222.785 em 31 de dezembro de 2015) registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível variação nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,13%	102.253	3.434	2.607	1.760
<b>Passivos financeiros</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,1%	630.279	24.111	29.740	35.228
Swap – ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	14,1%	629.686	23.981	29.579	35.039
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,5%	417.515	10.078	12.035	13.992
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	14,2%	120.515	4.700	5.659	6.597

Para o cálculo dos valores no cenário provável, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período.

Nos cenários II e III esta projeção foi majorada em 25% e 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada curva de mercado do CDI no cenário provável, e um choque na curva de CDI de 25% e 50% para os cenários II e III, respectivamente.

### ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos e obrigações nas datas de vencimento, bem como de enfrentar dificuldades de obtenção de recursos adicionais devido a restrições de liquidez do mercado.

De acordo com as diretrizes de sua política financeira a Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como objetivos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, a desconcentração de vencimentos, a diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

O monitoramento constante do fluxo de caixa da empresa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo excesso de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 101.985 sendo R\$ 101.659 em fundos exclusivos e R\$ 326 em outros ativos.



## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	30/09/2016								
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>									
Empréstimos e financiamentos	1.739.677	2.175.855	94.945	695.605	567.222	313.721	194.936	149.437	159.989
Debêntures	374.327	458.757	12.766	99.804	183.016	163.171	-	-	-
Fornecedores	501.093	501.093	115.521	346.561	-	-	-	-	39.011
<b>Passivos financeiros derivativos</b>									
Citibank	(36.293)	(47.314)	2.499	8.465	(58.278)	-	-	-	-
KfW	(362)	(647)	4	(12)	(27)	(38)	(51)	(65)	(458)
Itaú	4.395	9.526	-	20.395	6.736	(17.605)	-	-	-
Santander	15.707	17.332	-	17.332	-	-	-	-	-
HSBC	2.759	947	4.349	13.546	(16.948)	-	-	-	-
BANCO ABC	29	160	737	(577)	-	-	-	-	-

### ✓ Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido à incerteza na capacidade de suas contrapartes comerciais e financeiras de cumprir com suas obrigações junto à Companhia.

#### • Contrapartes comerciais

No caso de contrapartes comerciais referentes à distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, consumidores, concessionárias e permissionárias.

Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume do contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

- Contrapartes financeiras

No caso de contrapartes financeiras com as quais a Companhia mantém posições de caixa, aplicações, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação de instituições financeiras e a utilização restrita à instituições financeiras de primeira linha.

As aplicações são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

### Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros, conforme tabela a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	109.004	316.553
Títulos e valores mobiliários	210	1.665
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	1.606.313	1.636.017
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	-	106.867
<b>Mantidos até o vencimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	384	349
<b>Disponível para venda</b>		
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	972.859	718.427

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

## Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de setembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas 12 e 13).

### 25. Entidade de previdência privada

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 16.741 (R\$ 14.868 em 30 de setembro 2015).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<b>Contrato de reconhecimento de dívida</b>				
Benefícios a conceder	17.411	16.273	108.309	113.322
	<b>17.411</b>	<b>16.273</b>	<b>108.309</b>	<b>113.322</b>
<b>Contribuição da patrocinadora</b>				
Obrigação atuarial	-	-	82.688	78.965
Desligados PDV	7	8	(10)	23
	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>82.678</b>	<b>78.988</b>
	<b>17.418</b>	<b>16.281</b>	<b>190.987</b>	<b>192.310</b>